

Todos Juntos Contra a Pedofilia

Iniciativa do vereador Ian Salomão aborda a conscientização ao abuso de crianças e adolescentes

No dia 18 de maio, é celebrado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que tem o objetivo de mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da luta em defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. A data foi instituída pela Lei 9.970, de 17 de maio de 2000.

Em Paraguaçu Paulista, a Câmara de Vereadores apoia a data por meio do Decreto Legislativo 64, de 08/10/2013, que instituiu a "Semana Municipal Todos Juntos Contra a Pedofilia", com o propósito de conscientizar a população sobre o tema. A iniciativa partiu do vereador e Presidente da Câmara Ian Salomão.

A escolha da data é uma lembrança a toda a sociedade brasileira sobre a menina sequestrada em 18 de maio de 1973, Araceli Cabrera Sanches, então com 8 anos, quando foi drogada, espancada, estuprada e morta por membros de uma tradicional família capixaba. Muita gente acompanhou o desenrolar do caso, poucos, entretanto, foram capazes de denunciar o acontecido. O silêncio de muitos acabaria por decretar a impunidade dos criminosos.

A Câmara de Vereadores, como forma de destacar o assunto, pretende conscientizar a população.

Em parceria com a Radiativa FM, foram criadas mensagens de apoio à causa, que serão veiculadas durante toda a programação, em diversos horários no decorrer do mês de maio.

Além disso, no próximo dia 12, às 19h, serão realizadas na Câmara Municipal duas palestras acerca do tema: *"Abuso Sexual Infantil e suas consequências no processo de desenvolvimento da Criança"*, com a psicóloga Maria Cristina Sonsin; e *"Aspectos psiquiátricos e psicológicos do abusador sexual infantil"*, com o psiquiatra Dr. Waldemar Mendes de Oliveira Junior. O evento é aberto ao público e toda a população está convidada a prestigiar.

"O que pretendemos com essa iniciativa é mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. É preciso garantir a toda criança e adolescente o direito ao desenvolvimento de sua sexualidade de forma segura e protegida, livres do abuso e da exploração sexual", disse Ian Salomão, autor da ideia.

Denúncias

No Brasil o "Disque 100", criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é um serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. O Disque 100 funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive aos finais de semana e feriados. As denúncias são anônimas e podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita para o número 100.



Modernização

Sessões da Câmara são transmitidas ao vivo pelo YouTube

A Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista vem se adequando às novas realidades da era digital. O site do Legislativo permite a publicação de praticamente qualquer tipo de conteúdo, seja ele um texto, vídeo, fotos ou documentos, além da publicação em tempo real das matérias legislativas, como indicações, moções e projetos de lei; calendário de todas as sessões e informações sobre os vereadores.

O portal permite ao cidadão que acesse qualquer informação que lhe seja útil e está disponível para praticamente todas as plataformas de software e hardware, ou seja, funciona na maioria dos dispositivos, como smartphones e tablets.

Visita

A maior novidade, no entanto, é que as Sessões do Legislativo Paraguaçuense são transmitidas AO VIVO pelo youtube, e qualquer cidadão pode assistir pelo seu computador, tablet, smartphone ou smart TV. Além disso, todas as sessões ficam, posteriormente, armazenadas no canal TV Câmara Paraguaçu Paulista.

“Essa medida vai ao encontro da modernização que vem acontecendo nos setores públicos, valorizando os princípios que norteiam os atos públicos, sobretudo o da transparência. A transmissão ao vivo e a disponibilização dos vídeos propicia à população a oportunidade de acompanhar o trabalho dos vereadores, com a toda a praticidade que a tecnologia permite hoje”, explicou o Presidente da Câmara, Ian Salomão.

Importante ressaltar que, apesar de os arquivos digitais passarem a ser públicos, a utilização e/ou divulgação inapropriada dessas gravações será de responsabilidade exclusiva de seus usuários. Para encontrar o canal do Legislativo no youtube, basta digitar “TV Câmara Paraguaçu Paulista” e se inscrever. As Sessões Ordinárias acontecem na primeira e terceira segunda-feira de cada mês, às 19h.



Estudantes da Helena Wirgues conhecem a Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista recebeu na manhã de sexta-feira (5) um grupo de alunos da EMEF Profª Helena Wirgues. Os alunos são do 6º, 7º, 8º e 9º ano e fazem parte das chapas que concorrem ao Grêmio Estudantil. Eles estiveram na Câmara acompanhados pela diretora Nilsa e pela professora de história Neusa Teodoro.

Foram recebidos na Casa de Leis pelo Presidente Ian Salomão e pelos vereadores Neide Teodoro, Vitor Bini, Josimar Rodrigues e Junior Baptista. No Plenário, receberam um Informativo elaborado pela assessoria de imprensa da Casa, com informações sobre o papel do vereador na sociedade e relativas ao funcionamento do Legislativo.

Após a recepção, os alunos fizeram perguntas aos vereadores, questionando sobre as funções de um vereador, qual o grau de escolaridade para ser candidato, a Lei da Ficha Limpa no município, entre outros assuntos. Também falaram sobre os atuais problemas da cidade, e como o vereador pode atuar na busca de soluções junto ao Poder Executivo. Todas as questões levantadas foram respondidas pelos vereadores presentes e geraram um produtivo debate entre os estudantes e os representantes da população.

“Ficamos muito agradecidos com a visita dos alunos, da diretora e professora da escola Helena Wirgues. É muito importante que esses jovens tenham interesse nos assuntos do município, pois isso é imprescindível para a formação de cidadãos conscientes”, disse Ian Salomão, Presidente da Câmara Municipal.



Vereadores conversam com alunos



Estudantes posam com vereadores

Indicações

Na Sessão Ordinária de terça-feira (2) os vereadores apresentaram 18 indicações.

Indicação 142/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo e outro, que indica à Prefeita Municipal a realização de festivais de música em nosso município.

Indicação 143/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo e outro, que indica à Prefeita Municipal a disponibilização e adoção do uso de uniformes e crachás para os servidores públicos municipais.

Indicação 144/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo e outro, que indica à Prefeita Municipal a instalação de um palco flutuante no Balneário de Paraguaçu Paulista.

Indicação 145/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo e outro, que indica à Prefeita Municipal a disponibilização de baú de ideias em local de fácil acesso para a população.

Indicação 146/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo e outro, que indica à Prefeita Municipal conserto ou substituição de lixeira no distrito de Sapezal.

Indicação 147/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a construção de área de lazer e academia ao ar livre no Bairro Jardim Tênis Clube.

Indicação 148/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a implantação do serviço de coleta de lixo público duas vezes por semana, no distrito de Sapezal.

Indicação 149/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a instalação de redutores de velocidade nas ruas Rio de Janeiro e Getúlio Vargas e nas proximidades de escola existente em estrada municipal.

Indicação 150/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a construção de uma praça e a instalação de uma academia ao ar livre no distrito de Sapezal.

Indicação 151/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a reforma do estádio do distrito de Sapezal.

Indicação 152/2017 de autoria do vereador Junior Baptista, que indica à Prefeita Municipal a realização de troca de lâmpadas no Bairro do Campinho.

Indicação 153/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica ao Presidente da Câmara Municipal a aquisição de lixeiras novas.

Indicação 154/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal a doação dos móveis que foram descartados no almoxarifado da CEAGESP.

Indicação 155/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal a substituição ou correção ortográfica da placa de orientação instalada em frente ao Hotel Esplanada.

Indicação 156/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal a pintura da faixa para pedestres e das vagas destinadas a deficientes e idosos nas proximidades das escolas.

Indicação 157/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à CDHU agilidade na análise das pendências de documentos dos mutuários.

Indicação 158/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a reforma da sala de odontologia existente na Unidade Básica de Saúde do distrito de Conceição de Monte Alegre.

Indicação 159/2017 de autoria do vereador Serginho, que requer ao Presidente da Câmara a disponibilização das remunerações dos vereadores e dos servidores legislativos no Portal da Transparência.

Requerimentos

Vereadores fazem questionamentos à Prefeita Municipal e à CDHU

Na Sessão Ordinária de terça-feira, 2 de maio, a Câmara de Vereadores aprovou 7 requerimentos.

Requerimento 40/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a real situação do turismo em nossa cidade.

O turismo gera benefícios econômicos, sociais e ambientais, sendo uma das atividades econômicas que mais dependem da prática da sustentabilidade, especialmente nos destinos que se caracterizam por atrativos naturais e culturais. Há sustentabilidade quando a atividade consegue harmonizar os resultados econômicos com o respeito ao meio ambiente, à justiça social e à valorização cultural.

“A busca da valorização dos atrativos naturais, do patrimônio cultural, incluindo a gastronomia, artesanato e outras manifestações culturais locais, e das oportunidades geradas para que as comunidades sejam beneficiadas nos projetos turísticos, devem ser metas da administração pública”, disse o vereador Paraná do Sindicato.

O requerimento questiona: quais são os pontos turísticos do município e onde estão localizados; se estão em pleno funcionamento; se existem pontos turísticos em recuperação; quais são os atrativos de cada um; se existem recursos ou convênios firmados direcionados para a recuperação dos pontos turísticos; se existem estudos objetivando a elaboração do Plano de Turismo; se existe mapa turístico para divulgar aos visitantes e população local sobre os pontos e seus atrativos; e se existem projetos ligados aos potenciais turísticos de nossa cidade para captação de recursos junto aos governos federal e estadual, com o objetivo de geração de emprego e renda no segmento do turismo.

Requerimento 41/2017, de autoria da vereadora Neide Teodoro, com assinatura de apoio dos vereadores Marinho Thimoteo e Vitor Bini que requer à CDHU informações sobre a fiscalização dos beneficiários contemplados das casas do Conjunto Dona Lina Leuzzi.

“É necessário que sejam criados mecanismos efetivos de fiscalização in loco e um canal para denúncias, pois vários cidadãos queixam-se através dos vários meios de comunicação, de que são muitas as pessoas vendendo, alugando ou trocando os imóveis recém entregues. Neste sentido, se não houver uma fiscalização efetiva não há esperanças para os suplentes, nem tampouco para os municípios que verdadeiramente necessitam de um lar para morar”, explicou a vereadora Neide.

O requerimento questiona se existem mecanismos efetivos de fiscalização; e se existe um canal para denúncias.

Requerimento 42/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Junior Baptista e Josimar Rodrigues, que requer à Prefeita Municipal informações referentes a quantidade de imóveis existentes no município e o valor arrecadado com IPTU, com pagamento feito em cota única, primeira e segunda parcelas.

“Como legisladores, temos a obrigação e o dever de saber quanto a administração municipal arrecada com os impostos, e mais ainda com o IPTU, pois esse é de suma importância para que o município custeie suas políticas públicas, em prol da população. Com relação ao número de imóveis, edificados ou não, também é muito importante que essa Casa saiba o número exato, para termos ideia de quantos imóveis a cidade possui e desses, quantos são beneficiados com a Lei 72/1949 e as Leis Complementares 76/2007 e 139/2009”, disse o vereador autor do requerimento.

Requerimento 43/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a execução do Programa de Aquisição de Alimentos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um programa do Governo Federal e tem por objetivo fortalecer e estimular a agricultura familiar, ao mesmo tempo que atende famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

“Pequenos produtores têm nos procurado para questionar por que o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) se recusa a assinar o documento que totaliza os produtos que foram entregues pela Cooperativa Agropecuária da Agricultura Familiar de Paraguaçu Paulista, no período entre 12/01/2017 e 09/02/2017, e que tal atitude tem atingido diretamente 41 agricultores familiares que estão com seus pagamentos em atraso há 2 meses. Ressaltamos que os prejuízos não estão ficando somente aos pequenos produtores, mas muitas famílias e entidades socioassistenciais que eram beneficiadas têm nos procurado para saber o motivo da interrupção das entregas dos alimentos no município”, explicou o vereador Paraná.

Requerimento 44/2017, de autoria do vereador Paulo Japonês, que requer à Prefeita Municipal informações sobre as obras do Centro Poliesportivo Tancredo Neves, localizado na Barra Funda.

Tramitou na Câmara o Projeto de Lei 22/2015, que visava autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 274.980,40 e o remanejamento de dotações no valor de R\$ 456.280,87, que seriam utilizados na conclusão de obras e instalações do Centro Poliesportivo da Barra Funda. “É necessário obtermos informações atuais para conhecimento e esclarecimento dos municípios, que clamam pela conclusão do Centro Poliesportivo”, disse Paulo Japonês.

O requerimento questiona qual a previsão para o término das obras; quanto foi gasto até o presente momento; quais motivos impedem o término das obras; e se os recursos destinados foram devidamente aplicados.

Requerimento 45/2017, de autoria do vereador Paulo Japonês, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre a manutenção do Campo Poliesportivo do Plimec, localizado na Barra Funda.

“O Campo Poliesportivo do Plimec é muito utilizado pelos munícipes que residem nas proximidades. Ocorre que, atualmente, o mesmo encontra-se com a vegetação muito alta, necessitando com urgência de serviços de jardinagens. Ainda, tanto o vestiário quanto a arquibancada sofreram ações de vândalos, que picharam o local tornando o mesmo nada convidativo à prática esportiva, mas ao contrário, repelindo a entrada e permanência dos munícipes”, explicou Paulo Japonês.

O requerimento questiona qual a previsão para a limpeza do local e se existem estudos objetivando a pintura do vestiário e da arquibancada.

Requerimento 46/2017, de autoria do vereador Paulo Japonês, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre as obras do frigorífico de ovinos.

Sobre o assunto, o vereador autor esclareceu: “A construção do frigorífico de ovinos teve início no ano de 2006 por meio de um convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Desde então, já tramitaram na Câmara Municipal dois projetos de lei para abertura de crédito adicional especial para execução de obras e instalações do frigorífico”.

Assim, o requerimento apresenta as seguintes questões: qual a previsão para o término das obras; quanto foi gasto até o presente momento; quais motivos impedem o término das obras; se existe uma data prevista para a inauguração; e se os recursos destinados foram devidamente aplicados.



Vereadores aprovam requerimentos

Social

Câmara aprova projetos da Prefeita Almira para auxílio da ACIPP

Em Sessão Ordinária realizada na terça-feira, 2 de maio, a Câmara de Vereadores aprovou dois projetos de autoria da Prefeita Almira Garms, voltados ao apoio da ACIPP - Associação Comunitária Integrada de Paraguaçu Paulista.

O primeiro a ser aprovado foi o **Projeto de Lei 19/2017**, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do departamento municipal de assistência social, Termo de Fomento com a Associação Comunitária Integrada de Paraguaçu Paulista (ACIPP), visando a manutenção do serviço de proteção social especial de alta complexidade mediante acolhimento institucional para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

Termo de fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias, selecionadas por meio de chamamento público, exceto nos casos de dispensa ou inexigibilidade, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas entidades em plano de trabalho, com metas e ações que contemplem o interesse público, observando-se os programas ou plano setorial da área correspondente, quando houver.

A Lei Federal 13.019, 13 de julho de 2014, e suas alterações, estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; além de outras disposições. No Município, a regulamentação se deu por meio do Decreto Municipal 6.090, de 16 de fevereiro de 2017.

O objetivo da referida Lei Federal é dar maior segurança e transparência às parcerias celebradas entre a administração pública e as entidades do terceiro setor. Denominado de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), previu a substituição dos convênios por novos modelos de ajuste: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação.

Para a execução das ações e atividades previstas na parceria serão destinados recursos financeiros no montante total de R\$ 182.546,00. Os recursos financeiros municipais serão repassados em parcelas mensais de R\$ 8.099,17; os estaduais serão repassados em parcelas mensais de R\$ 4.613,00; e os federais serão repassados em parcelas mensais de R\$ 2.500,00. O prazo de vigência do termo de fomento será de 12 meses, retroativo a 1º de janeiro de 2017.

Nos mesmos moldes, foi aprovado o **Projeto de Lei 20/2017**, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do departamento municipal de assistência social, Termo de Fomento com a Associação Comunitária Integrada de Paraguaçu Paulista (ACIPP), visando a manutenção do serviço de proteção social especial de alta complexidade mediante acolhimento institucional para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com recursos municipais provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA)".

Para a execução das ações e atividades previstas na parceria serão destinados recursos financeiros no montante total de R\$ 35.441,16. Os recursos financeiros municipais, provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), serão repassados em parcelas mensais de R\$ 11.813,72 relativos ao período de janeiro a março de 2017.



Câmara aprova projetos da Prefeita

Social

Câmara aprova projetos da Prefeita Almira para auxílio da Casa Lar e Luizas de Marillac

Em Sessão Extraordinária realizada na segunda-feira, 8 de maio, a Câmara de Vereadores aprovou dois projetos de autoria da Prefeita Almira Garms.

Projeto de Lei 22/2017, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do departamento municipal de assistência social, Termo de Fomento com a Associação Luizas de Marillac, visando a manutenção do atendimento, em contra turno escolar, de crianças e adolescentes de 6 a 16 anos de ambos os sexos, oriundas de famílias carentes em situação de risco ou vulnerabilidade social, com recursos provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA)".

Termo de fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias, selecionadas por meio de chamamento público, exceto nos casos de dispensa ou inexigibilidade, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas entidades em plano de trabalho, com metas e ações que contemplem o interesse público, observando-se os programas ou plano setorial da área correspondente, quando houver.

A Lei Federal 13.019, 13 de julho de 2014, e suas alterações, estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; além de outras disposições. No Município, a regulamentação se deu por meio do Decreto Municipal 6.090, de 16 de fevereiro de 2017.

O objetivo da referida Lei Federal é dar maior segurança e transparência às parcerias celebradas entre a administração pública e as entidades do terceiro setor. Denominado de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), previu a substituição dos convênios por novos modelos de ajuste: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação.

Todos Juntos Contra a Pedofilia

Câmara realiza palestras com especialistas

Para a execução das ações e atividades previstas na parceria serão destinados recursos financeiros no montante total de R\$ 24.000,00. Os recursos financeiros municipais serão repassados em parcelas mensais de R\$ 6.000,00, relativo ao período de janeiro a abril de 2017.

Nos mesmos moldes, foi aprovado o **Projeto de Lei 23/2017**, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Departamento Municipal de Assistência Social, Termo de Fomento com a Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista - CASA LAR Coronel Juventino Pereira, visando a manutenção de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos completos.

Para a execução das ações e atividades previstas na parceria serão destinados recursos financeiros no montante total de R\$ 168.460,41. Os recursos financeiros municipais serão repassados em parcelas mensais de R\$ 7.170,05; os estaduais em parcelas mensais de R\$ 4.368,32; e os federais em parcelas mensais de R\$ 2.500,00, no período de janeiro a dezembro de 2017.



Sessão Extra de 8 de maio

A Câmara de Vereadores de Paraguaçu Paulista realizou na última sexta-feira, 12 de maio, duas palestras em alusão a "Semana Municipal Todos Juntos Contra a Pedofilia". A ideia surgiu por meio do Decreto Legislativo 64, de 08/10/2013, de autoria do vereador Ian Salomão, e que tem o propósito de conscientizar a população sobre o tema.

A primeira palestra teve o tema "Abuso sexual infantil e suas consequências no processo de desenvolvimento da criança", e foi proferida pela psicóloga Maria Cristina Sonsin. Maria Cristina é graduada em Psicologia pela Unipar - Universidade Paranaense; é especialista em Neuropedagogia na Educação e em Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial. Atua como psicóloga clínica desde 2006 e na Associação Casa Lar desde 2001.

"O abuso sexual infantil consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor encontra-se em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que a criança ou o adolescente. As consequências podem ser menores quando as crianças encontram uma possibilidade de proteção. Escuta qualificada e orientação familiar são essenciais para uma intervenção satisfatória", disse a psicóloga durante a palestra.

A segunda palestra da noite foi realizada pelo psiquiatra Dr. Waldemar Mendes de Oliveira Junior, que falou sobre o tema "Aspectos psiquiátricos e psicológicos do abusador sexual infantil". Dr. Waldemar é médico psiquiatra e psicoterapeuta do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mestre e doutor em Medicina.

Dr. Waldemar falou sobre o comportamento sexual do abusador e trouxe dados importantes, tais como: de 10% a 20% de todas as crianças foram molestadas de alguma forma, até antes dos 18 anos; grande parte dos abusadores (71,5%) sofre de algum transtorno do humor, como distímia: 69,3%; depressão maior: 38,6%; fobia social: 20,4%; e transtorno bipolar: 6,8%.

Segundo Dr. Waldemar o tratamento de um pedófilo inclui: psicoterapia (individual ou de grupo); psicofarmacoterapia; inibidores da recaptção de serotonina (fluoxetina, sertralina, paroxetina e outros); antipsicóticos (agressividade e comorbidades); antiandrogênicos (não autorizado no Brasil); e castração cirúrgica (não autorizada no Brasil).

"Cada vez mais são destinados recursos para pesquisa das bases neurobiológicas da pedofilia", disse o psiquiatra.

Grande público compareceu ao evento, dentre professores, estudantes, autoridades e vereadores. Na ocasião, fizeram uso da palavra para uma saudação ao público e aos palestrantes, o Presidente da Câmara vereador Ian Salomão, e a Prefeita Almira Garms.



Crédito

Câmara aprova projeto do Executivo

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (15), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria da Prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Programa 2017, no departamento de assistência social.

No valor de R\$ 69.047,41, o crédito será utilizado na manutenção da Atividade 2063 - Registro e Repasse de Verbas das Entidades, para arcar com os encargos decorrentes do Termo de Fomento a ser celebrado com a Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista - CASA LAR Coronel Juventino Pereira, do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes de 15 a 17 anos (Projeto CARA/Adolescentes Fórum).

Para a execução das ações e atividades previstas na parceria a ser celebrada com a Casa Lar serão destinados recursos financeiros no montante total de R\$ R\$ 276.000,24. O crédito será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício atual e por anulação parcial ou total de dotações. Por conta do crédito, ora aberto, fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.066, de 2 de janeiro de 2017.

Casa Lar

Câmara aprova projeto da Prefeita Almira para auxílio da Associação

Reunida em Sessão Ordinária na segunda-feira (15), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria da Prefeita Almira Garms, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do departamento municipal de assistência social, Termo de Fomento com a Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista - CASA LAR Coronel Juventino Pereira, visando a manutenção do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes de 15 a 17 anos (Projeto CARA/Adolescentes Fórum).

De acordo com o plano de trabalho apresentado pela entidade, o público-alvo da parceria são adolescentes de 15 a 17 anos, com atendimento a turmas de até 20 alunos, com expectativa de atendimento anual de 300 adolescentes.

Para a execução das ações e atividades previstas na parceria serão destinados recursos financeiros no montante total de R\$ 276.000,24. Os recursos financeiros municipais no montante de R\$ 174.315,96 serão repassados em parcelas mensais de R\$ 14.526,33; e os recursos financeiros municipais no montante de R\$ 101.684,28 serão repassados em parcelas mensais de R\$ 8.473,69, ambos no período de janeiro a dezembro de 2017.

Indicações

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (15) os vereadores apresentaram 27 indicações

Indicação 160/2017 de autoria do vereador Vitor Bini, que indica à Prefeita Municipal estudos para celebração de parceria público-privada para inauguração do pavilhão turístico e complexo comercial.

Indicação 161/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a implantação de sistema de transporte público gratuito nos distritos de Roseta e Conceição de Monte Alegre.

Indicação 162/2017 de autoria do vereador Dr. Ricardo e outros, que indica à Prefeita Municipal estudos para ampliação da licença-maternidade e paternidade aos servidores municipais.

Indicação 163/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal a realização de um cadastro de pessoas com deficiências que utilizam a rede de saúde no município.

Indicação 164/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal o agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos e para pessoas com deficiência já cadastrados nas Unidades de Saúde do município.

Indicação 165/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal a padronização das calçadas nas principais ruas e avenidas públicas no município.

Indicação 166/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal a construção de rampas de acesso em todos os edifícios públicos do município.

Indicação 167/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal reparo nas calçadas do Cemitério da Paz, a fim de que as pessoas com deficiências possam utilizá-las.

Indicação 168/2017 de autoria do vereador Josimar Rodrigues e outro, que indica à Prefeita Municipal a substituição das lâmpadas dos postes de iluminação pública existentes no bairro Rancho Alegre.

Indicação 169/2017 de autoria do vereador Cícero Policial e outro, que indica à Prefeita Municipal estudos para instalação de redutores de velocidade e correção das sinalizações da Av. Siqueira Campos.

Indicação 170/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a construção de áreas de vivência no pátio do almoxarifado da Prefeitura Municipal.

Indicação 171/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a manutenção da iluminação do Ginásio de Esportes "Zé do Pito", localizado no bairro Vila Nova.

Indicação 172/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal que seja disponibilizado holerite impresso aos servidores públicos municipais que fizerem a solicitação 1 dia antes do depósito bancário.

Indicação 173/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal a pintura das faixas de pedestres, de locais de uso das pessoas com deficiências nas rampas e placas indicativas.

Indicação 174/2017 de autoria do vereador Cícero Policial, que indica à Prefeita Municipal a manutenção e melhorias no terminal rodoviário do nosso município.

Indicação 175/2017 de autoria do vereador Cícero Policial, que indica à Prefeita Municipal que determine a manutenção adequada, por parte da Sabesp, das vias que tem a malha asfáltica cortada para instalação de água e esgoto.

Indicação 176/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica ao Hermonúcleo (Banco de Sangue) do Hospital Regional de Assis que viabilize a coleta de sangue em Paraguaçu Paulista.

Indicação 177/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal a construção de uma pista de caminhada na Av. Sete de Setembro.

Indicação 178/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal a utilização da escola do bairro do Campinho para desenvolvimento de projetos esportivos, sociais e programas de geração de renda.

Indicação 179/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal poda de árvores nas proximidades da quadra poliesportiva da Vila Gammon, onde é realizada a tradicional Feira da Lua.

Indicação 180/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal a intensificação da ronda escolar nas proximidades da Emef Prof^a. Helena Wirgues Ramos.

Indicação 181/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal a poda da grama de toda extensão da calçada da Emef Prof. Antonio Mazzei.

Indicação 182/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro e outro, que indica à Prefeita Municipal a manutenção da iluminação pública dos postes da Vila Nova.

Indicação 183/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal reparo na estrada da Água das Antas.

Requerimentos

Indicação 184/2017 de autoria do vereador Serginho e outro, que reitera à Prefeita Municipal a Indicação 38/16, sugerindo a instalação de iluminação pública no final da Rua Axel Alexandre e Rua Raposo Tavares, nas proximidades da Ceagesp e do cruzamento com a linha férrea, local que dá acesso à Vila Prianti.

Indicação 185/2017 de autoria do vereador Cicero Policial, que indica à Prefeita Municipal estudos para ser feito ao menos uma vez por semana a coleta de lixo no bairro do Campinho.

Indicação 186/2017 de autoria do vereador Serginho e outro, que indica à Prefeita Municipal a notificação da empresa “Construir Loteadora”, para que refaça ou conserte o asfalto no trecho com início no Conjunto Habitacional Aldo Paes Leme e término na Av. Brasil, próximo à Rodoviária.



Vereadores fazem questionamentos à Prefeita Municipal e ao Juiz Diretor do Fórum

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 15 de maio, a Câmara de Vereadores aprovou 7 requerimentos.

Requerimento 47/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a Lei 2.081, de 20/09/99, que resultou na doação de área rural ao município.

Estava previsto na Lei 2.081 de 20/09/99 que a área rural de 55,3220 (cinquenta e cinco hectares, trinta e dois ares e vinte centiares), pertencente a Sérgio Leuzzi, no Bairro da Mombuca, foi doada com o objetivo de ser mais um polo turístico do município, sendo que caberia ao Poder Executivo fazer a adequação da área, bem como as construções e benfeitorias.

Constava ainda no art. 4º da referida Lei que, no caso de ser conferida à área doada destino diferente ao estipulado, ou seja, voltado ao turismo, à cultura, à educação e ao desporto, seria revogada a doação.

“Ocorre que não temos conhecimento de onde está exatamente localizada tal área, tampouco temos conhecimento de construções e benfeitorias existentes, nem quais atividades são ali desenvolvidas. Neste contexto, devemos obter informações para divulgar à população e para constatar se o previsto na Lei está sendo obedecido”, esclareceu Paraná do Sindicato.

Requerimento 49/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a redução de dias de atendimentos e consultas médicas na UBS do distrito de Sapezal.

“A saúde é um direito constitucional, portanto, é preciso fazer valer este direito. Infelizmente, no distrito de Sapezal, em muitas ocasiões o cidadão fica enfermo e precisa receber cuidados na UBS local. Ocorre que o usuário deixa de ser atendido, pois não há vaga para consulta, uma vez que o médico somente atende dois dias por semana e apenas meio período em cada dia. Lembro que Sapezal é um local onde se concentra uma grande quantidade de pessoas que estão fragilizadas por uma grande variedade de doenças, e que precisam de cuidados diários, como por exemplo: medir pressão, fazer curativos e outros”, disse o vereador Paraná do Sindicato.

O requerimento questiona qual motivo justifica ter reduzido os dias de atendimentos e consultas médicas; se foi expedido algum decreto estabelecendo tal redução; e quando serão restabelecidos e normalizados os atendimentos e consultas diárias, ou seja, como eram realizados anteriormente à redução.

Requerimento 50/2017, de autoria do vereador Serginho, que requer à Prefeita Municipal informações referentes aos Microempreendedores Individuais (MEI) cadastrados no município.

Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até 60 mil reais por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

A Lei Complementar Federal 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

“As informações que solicitamos são importantes para sabermos quantos Micro Empreendedores Individuais estão cadastrados em nosso município, e se todos estão com seus cadastros atualizados na Prefeitura. Também é importante saber se a União está repassando corretamente a parte do município referente ao imposto ISS, vez que, referido imposto está incluído no pagamento do simples nacional, efetuado mensalmente pelo Micro Empreendedor Individual”, explicou o vereador Serginho.

Requerimento 53/2017, de autoria do vereador Paulo Japonês, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre a pavimentação das estradas de acesso à Casa de Maria e ao loteamento Rancho Alegre.

“A pavimentação dessas estradas é uma reivindicação dos municípios. A ausência do asfalto deixa os moradores locais desamparados, causa transtornos e dificulta o trajeto para as demais regiões. De acordo com algumas informações, em anos anteriores foram liberados recursos e firmado convênio visando atingir tal finalidade e que, por ausência do devido cadastro municipal, não foi concretizada a pavimentação. Assim, necessário obter algumas informações para que possamos tomar as medidas cabíveis no sentido de consumir esse anseio dos paraguaçuenses”, disse o vereador Paulo.

Requerimento 54/2017, de autoria do vereador Ian Salomão, que requer informações ao Juiz de Direito Diretor da Comarca sobre a acessibilidade do prédio do Fórum local.

Acessibilidade consiste na possibilidade de acesso a um lugar ou conjunto de lugares. Significa não apenas permitir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produto, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população. A acessibilidade visa sua adaptação e locomoção, eliminando as barreiras, e consiste também em ter acesso a todo e qualquer material produzido, em áudio ou vídeo, para tanto adaptando todos os meios que a tecnologia permite.

“Somos sabedores de que algumas medidas foram tomadas no Fórum objetivando atender todas as pessoas com dificuldades, com necessidades especiais e também as pessoas idosas que não podem subir escada, porém, muitos municípios têm reivindicado a acessibilidade total no Fórum, justificando assim este requerimento”, explicou Ian Salomão.

Requerimento 55/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre imóvel abandonado que se situa no Bairro Aldo Monteiro Paes Leme, de propriedade do Poder Executivo Municipal.

“Devido a quantidade de famílias que estão aguardando vagas nas creches, um imóvel como este, com a devida reforma, amenizaria a situação destas famílias que aguardam vagas nas creches. O questionamento visa obter informações precisas, visto que o uso deste imóvel ocioso da Prefeitura é uma forma de reduzir os problemas da população”, explicou o vereador Paraná.

O requerimento questiona se existe algum tipo de acordo sobre a destinação deste imóvel; qual a finalidade da construção do mesmo; se este imóvel já foi utilizado e para quais atividades; e se há recursos para a recuperação do mesmo.

Requerimento 56/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio do vereador Josimar Rodrigues, que requer à Prefeitura Municipal informações quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em nosso município.

Criado em 2003, o PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

Assim, o Programa de Aquisição de Alimentos possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

O PAA possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

“Como não temos pleno conhecimento dos trâmites seguidos para o cadastro e dos agricultores participantes, nem tampouco os valores envolvidos, necessário se faz obter algumas informações”, disse o vereador Serginho.

